



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

EDITAL Nº 167 / 2017 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 049, de 2017 – Autos SEI nº 17.0.000004490-3

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no **Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e II Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs)**, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e II Encontro Dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs)

Objetivo: Capacitar os participantes para trocarem experiências que possam contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, voltadas à solução de conflitos.

Período de inscrições: As inscrições acontecerão no período de 19 de julho a 18 de agosto de 2017, podendo encerrar assim que as vagas forem preenchidas.

Inscrições: - As inscrições dos magistrados, servidores, conciliadores, estagiários, servidores da Justiça Federal, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados Procuradores Federais, Advogados da União (AGU), Procuradores da Caixa, Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e alunos serão realizadas por meio do Sistema Acadêmico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (SAV/ESMAT), com base nas informações publicadas em Edital próprio.

- As vagas dos professores das faculdades serão preenchidas por indicação dos seus diretores ou coordenadores, via ofício, destinadas à Coordenação do Nupemec

OBS: Para magistrados, servidores e conciliadores lotados nos Cejuscs serão concedidas diárias, que deverão ser solicitadas por participante pelo e-mail diariasesmat@tjto.jus.br

Público-Alvo: Magistrados, servidores e conciliadores, estagiários, servidores da Justiça Federal, membros e servidores do Ministério Público, membros e servidores da Defensoria Pública, Delegados de Polícia, Advogados, Procuradores Federais, Advogados da União (AGU), Procuradores da Caixa, Procuradoria da Fazenda Nacional, alunos, professores das faculdades que firmaram convênio com o Tribunal de Justiça para implantação de Cejuscs em suas instituições

Carga horária: 8 horas

Período de Realização: Dia 1º de setembro de 2017

Modalidade: Presencial

Local: Auditório do Tribunal de Justiça

2. NÚMERO DE VAGAS

2.1 Trezentas e dez vagas, sendo assim distribuídas:

PÚBLICO-ALVO	VAGAS
Magistrados	50
Servidores lotados nos Cejuscs	21
Demais servidores	30
Conciliadores lotados nos Cejuscs	22
Conciliadores voluntários	50
Conciliadores dos Juizados Especiais	17
Facilitadores da justiça restaurativa	40
Servidores da Justiça Federal	10
Promotores de Justiça	20
Defensores Públicos	20
Delegados de Polícia	10
Advogados, Procuradores Federais, Advogados da União (AGU), Procuradores da Caixa, Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN)	50
Professores Universitários das Faculdades: Católica e Objetivo de Palmas-TO; Ulbra, Unirg de Gurupi-TO, Católica de Araguaína-TO, ITPAC de Araguaína, Unitins	35
Estagiários	20
Alunos	30
Total de Vagas	310

2.2 As vagas que não forem preenchidas pelo público-alvo poderão ser distribuídas de acordo com as solicitações encaminhadas à Coordenação do curso pelo e-mail nufam@tjto.jus.br.

3. REQUISITOS PARA A ADMISSÃO

3.1 Ser magistrado;

3.2 Serem servidores e conciliadores;

3.3 Ser servidor interessado na temática;

3.4 Serem conciliadores voluntários;

3.5 Ser conciliador dos Juizados Especiais;

3.6 Ser servidor da Justiça Federal;

3.6 Ser do Ministério Público;

3.7 Ser da Defensoria Pública;

3.8 Ser advogado, procurador federal, advogado da União, procurador da caixa e procurador da fazenda nacional;

3.9 Ser aluno e estagiário;

3.10 Ser professor de ao menos uma das faculdades que estão firmando convênio com o Tribunal de Justiça para implantação de Cejuscs em suas instituições, devidamente indicados, via ofício, à Coordenação do Nupemec

4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

4.1 Os inscritos deverão participar das atividades programadas, conforme descrição nos itens 5 e 6 deste Edital.

4.2 A frequência será computada por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período, com tolerância de quinze minutos;

4.3 Não haverá aferição de nota aos alunos;

4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os alunos deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

5. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

Programação	Estrutura	
8h	Credenciamento	
8h45	Abertura e Composição de Mesa	
Palestra	Tema	1º ano de vigência do novo CPC: reflexões sobre os métodos autocompositivos

	Palestrante	Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Panorama nacional e internacional da cultura de paz e mudança de paradigma judicial; • Histórico da conciliação e mediação no Brasil; • Acesso à justiça e sistema de tribunal multiportas. • Papel do juiz da atualidade; • Ética na atuação do juiz; • Monopólio da justiça e formas não adversariais.
	Carga Horária	1h30 hora-aula
Palestra		
	Tema	Métodos autocompositivos e o papel dos CEJUSCs à luz do novo Código de Processo Civil e Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
	Palestrante	Desembargadora Clarice Claudino da Silva
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Política Judiciária de Solução de Conflitos; Resolução nº 125, de 2010, do CNJ; Papel do CNJ, Nupemecs e Cejuscs; Criação, atividades dos Cejuscs (artigo nº 165 do Novo Código de Processo Civil) e o papel do juiz coordenador dos Cejuscs. • Teoria do conflito: Funções espirais do conflito; Mapeamento do conflito; A comunicação não violenta; A busca e a construção de um acordo por meio da conciliação e mediação, utilizando a comunicação; • Princípios que informam a conciliação e mediação (confidencialidade, autonomia da vontade da parte e outros); • Diferença entre conciliação e mediação
	Carga Horária	1 hora-aula
Painel		
	Tema	Painel de Boas Práticas
	Data	1º de setembro de 2017
	Painelistas	Juíza Rosa Maria Gazire Nelson Coelho Filho Antônio Dantas Oliveira Júnior

	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Conciliar; • Oficina de Parentalidade; • Circulo Restaurativo.
	Carga Horária	30 minutos
Palestra	Tema	Princípios da indisponibilidade do interesse público e a efetividade da participação da Advocacia Pública na mediação e conciliação à luz do Novo Código de Processo Civil.
	Professor	Conselheira Daldice Santana
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios da indisponibilidade do interesse público; • Efetividade da Advocacia Pública; • Mediação e Conciliação; • Novo Código de Processo Civil
	Carga Horária	1 hora-aula
Palestra	Tema	A política pública da consensualidade e os novos paradigmas constitucionais e processuais
	Professor	<i>Desembargador Cesar Felipe Cury</i>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • A política pública; • Consensualidade; • Novos paradigmas constitucionais e processuais; • <i>Dispute boards</i>; Plataformas digitais, <i>Marketplace</i>; A figura do <i>obdsman</i>.
	Carga Horária	1 hora-aula
Atividade	Tema	Lançamento do manual de rotinas dos CEJUSCs – NUPEMEC/COGES/DIRETORIA JUDICIÁRIA
	Carga Horária	30 minutos
Palestra	Tema	Mediação e advocacia colaborativa e gestão de conflitos
	Professor	<i>Advogado Marcello Vieira Machado Rodante</i>
	Conteúdo	Reconstrução da dinâmica dos Conflitos

	Programático	<ul style="list-style-type: none"> • O conflito como processo de aprendizagem; • O conflito e a mente humana; • A filosofia da Paz e suas 5 famílias; • Paz Energética; • Paz Moral; • Paz Moderna; • Paz <u>Transracional</u>; <p>Mediação de Conflitos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo estruturado (abertura, versão inicial, versão aprimorada, a agenda e seus tópicos, destaque dos itens, ampliação das informações e criação de opções, <i>caucus</i>, negociação, fechamento). <p>Práticas colaborativas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura básica (termo de participação, interdisciplinaridade e norteadores) • A mudança da competição para a colaboração.
	Carga Horária	1h30 hora-aula

--

Carga Horária Total do Curso	8 horas-aula
-------------------------------------	---------------------

PALESTRANTES	
---------------------	--

Nome	Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	
------	-------------------------------------	--

Síntese do Currículo	Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí, 2001. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4239700P7	
----------------------	--	--

--	--

Nome	Clarice Claudino da Silva	
------	---------------------------	--

Síntese do Currículo	Bacharelada em Direito na Universidade Federal de Mato Grosso. Pós-Graduada <i>lato sensu</i> em Direito Civil e Processo Civil, 2006-2007. MBA em Poder Judiciário, 2007-2009. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Presidente do NUPEMEC/MT.	
----------------------	---	--

	Fonte: http://fonamec.tjrj.jus.br/FichaInsercao/Fonamec3	
Nome	Marcello Vieira Machado Rodante	
Síntese do Currículo	<p>Mediador de conflitos empresariais; advogado e sócio de RSCH Advogados. Docente em cursos de práticas colaborativas, mediação, negociação, <i>mindfulness</i> e comunicação não violenta pelo Institute – Direito e Neurociência (DNC). É mediador certificado pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos (ICFML); mediador da lista da Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil(CAMARB); mediador na Pró-Consenso Solução de Conflitos; fundador e diretor do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas (IBPC); responsável pela América do Sul do Global Collaborative Law Council (GCLC). Formado em Mediação Transformativa básica e avançada com o professor Joseph Folger Mediação Empresarial pelo International Institute for Conflict Prevention & Resolution (CPR); Mediação e Negociação pela Columbia Law University. Mediação pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Formado em Comunicação Não Defensiva, em Toronto, com Sharon Ellison. Pós-Graduado <i>lato sensu</i> em Estudos de Paz e Transformação de Conflitos pela Universidade de Innsbruck e com parceria pela Cátedra de Paz da Unesco – Áustria. Formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Pós-Graduado <i>lato sensu</i> em Direito Processual Civil pelo Centro de Extensão Universitária. Especialista em Arbitragem pela Fundação Getulio Vargas (GVLaw). Extensão em Arbitragem Comercial Internacional pela Washington College of Law – American University. Membro da International Academy of Collaborative Professionals (IACP). Membro do Grupo de Estudos em Mediação Empresarial Privada do Cbar (GEMEP-Cbar). Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem (Cbar)</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4351752H2</p>	
Nome	Cesar Felipe Cury	
Síntese do Currículo	Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Juiz de Direito, 1992. Defensor	

	<p>Público do Estado do Rio de Janeiro, 1992. Mestrando em Direito Processual Civil (UNESA). Professor convidado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Professor Universitário de Direito Público. Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes, 1989. Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Centro de Estudos e Debates em Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8151752P2</p>	
Nome	Daldice Maria Santana de Almeida	
Síntese do Currículo	<p>Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1986). Atualmente é desembargadora federal - Tribunal Regional Federal da 3ª Região e conselheira do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8088367E6</p>	
PAINELISTAS		
Nome	Rosa Maria Gazire	
Síntese do Currículo	<p>Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; especialista na área de Direito Público – Constitucional e Administrativo pela Faculdade do Vale do Rio Doce; pós-graduada em Teoria da Decisão Judicial; atualmente juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.</p>	
Nome	Nelson Coelho Filho	
Síntese do Currículo	<p>Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, 1983. Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Histórico: Exerceu a advocacia de 1983 a 1989 no escritório do Dr. José Gonçalves da Cunha e Dr. José Porfirio Teles, localizado na Rua 2, nº 230, Conjunto 806/807, Centro, Goiânia-GO; Ingressou na Magistratura do Estado do</p>	

	<p>Tocantins em setembro de 1989; juiz eleitoral pela 5ª ZE Miracema, de 15/11/1989 a 15/11/1989; juiz eleitoral pela 15ª ZE Formoso do Araguaia, de 1º/5/1993 a 19/12/1994; juiz eleitoral pela 28ª ZE Miranorte, de 20/12/1994 a 8/5/1995; juiz eleitoral pela 15ª ZE Formoso do Araguaia, de 1º/8/1995 a 5/5/1997; juiz eleitoral pela 2ª ZE Gurupi, de 8/5/1997 a 30/7/1999; juiz eleitoral pela 18ª ZE Paranã, de 1º/8/1999 a 31/8/1999; juiz eleitoral pela 20ª ZE Peixe, de 1º/7/2002 a 31/7/2002; juiz eleitoral pela 12ª ZE Xambioá, de 6/11/2002 a 18/12/2002; juiz eleitoral pela 24ª ZE Araguacema, de 2/7/2005 a 31/7/2005; juiz eleitoral pela 35ª ZE Novo Acordo, de 3/11/2005 a 30/11/2005. *Juiz Membro do TRE pelos Biênios 2006-2008 e 2008-2010, tendo o pleito iniciado em 9/5/2006 e findado em 8/5/2010. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Palmas-TO desde 2002.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8649655E7</p>	
Nome	Antonio Dantas de Oliveira Júnior	
Síntese do Currículo	<p>Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de 3ª Entrância de Araguaína – Estado do Tocantins –; especialista na área de Direito Processual Civil e na área de Direito Tributário. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa.</p> <p>Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4400549T3</p>	

6. CRONOGRAMA GERAL

SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E II ENCONTRO DOS CEJUSCS		
Data	Horário/Período	Conteúdo Programático
1º/9/2017	8h	Credenciamento

8h30	Abertura – Presidente do TJ/TO, Desembargador Eurípedes Lamounier e Coordenadora do Nupemec, Juíza Umbelina Lopes Pereira
8h50 às 10h20	1º Ano de Vigência do Novo CPC: reflexões sobre os métodos autocompositivos Ministro Marco Aurélio Gastaldi <i>Buzzi</i>
10h25 às 11h25	Métodos autocompositivos e o papel dos Cejuscs à luz do novo Código de Processo Civil e Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Desembargadora Clarice Claudino da Silva
11h30 às 12h	Painel de Boas Práticas Juíza Rosa Maria Gazire Juiz Nelson Coelho Filho Juiz Antônio Dantas Oliveira Júnior
Das 12h às 13h45	Intervalo para almoço
14h às 15h	Princípios da indisponibilidade do interesse público e a efetividade da participação da Advocacia Pública na mediação e conciliação à luz do Novo Código de Processo Civil. Conselheira Daldice Santana
15h10 às 16h10	A política pública da consensualidade e os novos paradigmas constitucionais e processuais Desembargador Cesar Felipe Cury
16h10 às 16h30	Lançamento do manual de rotinas dos CEJUSCs – NUPEMEC/COGES/DIRETORIA JUDICIÁRIA
16h30 às 18h	Mediação e advocacia colaborativa e gestão de conflitos

		Advogado Marcello Vieira Machado Rodante
	18h	Encerramento
Carga Horária Total		8 horas-aula

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital;

7.2 A desistência do evento deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail: saesmat@tjto.jus.br;

7.3 A partir da confirmação da inscrição no curso, o(a) inscrito(a) deverá acompanhar as convocações e os comunicados da Esmat, encaminhados ao e-mail indicado no ato da inscrição;

7.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Diretor Geral da Esmat



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 12/07/2017, às 19:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **1577340** e o código CRC **DC67008D**.